

A PAISAGEM DO DIABO CONTEMPORÂNEO — COMO A DINÂMICA ESPACIAL ARTICULA AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM URBANA SEGREGANDO CLASSES SOCIAIS

Roberto José Hezer Moreira Vervloet

Licenciado em Geografia,
e Coordenador do Núcleo de Colatina da
Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Espírito Santo

“Toda ciência seria supérflua se
coincidissem nas coisas
a aparência e a essência”.

Karl Marx

INTRODUÇÃO

Para a compreensão deste breve texto, devemos começar lançando perguntas desafiantes. Pode a dinâmica do espaço geográfico, no momento histórico atual, provocar mudanças drásticas na configuração da paisagem urbana? É possível que a paisagem urbana atual se transforme profundamente em conformidade com a dinâmica do espaço? Ou a paisagem urbana não se transforma? Será a paisagem urbana um fator estático e/ou imutável?

Se alguém tem dúvidas sobre essas indagações, basta olhar a paisagem de sua cidade, estimulando o senso da observação e, automaticamente, o da percepção, para entender que a paisagem urbana não somente se transforma muito como também é uma categoria analítica dessa dinâmica transformadora. E mais, a paisagem urbana é condicionada por suas próprias transformações e, ao mesmo tempo, as condiciona, através da dinâmica espacial.¹

Em algumas metrópoles, o grau de transformação torna-se tão acentuado que o exercício da observação e da percepção, estimulado pelo esforço objetivo dos sentidos, dificilmente consegue tomar uma referência. É o caso de metrópoles transnacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro, que estão em contínuo processo de mutação.

1. Dinâmica espacial é o próprio sentido do espaço geográfico. É o espaço em processos de metamorfoses, articulações, rearticulações, adaptações, readaptações, rupturas, resistências, enfim, é o sentido de ser do espaço que é dado pela complexa sociedade humana.

O que queremos explicar neste texto são as transformações da paisagem urbana e a dinâmica transformadora do espaço geográfico. Devemos reconhecer, antes de tudo, que não podemos tentar criar categorias ou conceitos para análises, sem estar em conformidade com as formas de visão de mundo, que são comandadas pelas leis de produção da história. Nem queremos levantar uma nova polêmica sobre essa inquietante oposição que alguns geógrafos fazem sobre espaço e paisagem. É a história que comanda o significado dos conceitos e das coisas, o qual deve ser constantemente repensado e reformulado. Faz-se necessário, diante da exposição de uma idéia ou de uma visão nova, criar novas categorias e formular novos conceitos, na tentativa de fazer compreender melhor tal exposição, mesmo que esses conceitos se resumam à explanação dessa idéia ou visão. Por isso usaremos conceitos novos, criados para melhor compreensão deste breve texto. A utilização de conceitos já consagrados, de geógrafos e de outros cientistas sociais, será, como sempre fazem os questionadores de uma dada situação, o nosso ponto de partida. Entretanto, o fato de tomá-los como pontapé inicial não quer dizer que esses conceitos sejam absolutos, ou que não possam ou devam ser questionados. A relativa perfeição e a validade de uma teoria ou de um trabalho advêm do fato de estes serem reconhecidos e, ao mesmo tempo, questionados pelos seus pares.

A DEFINIÇÃO DE PAISAGEM

Existem muitas definições para o termo paisagem, assim como são vários os estudos sobre a paisagem. O que nos chama atenção nessas várias definições é a referência que se faz ao sentido da visão, isto é, à capacidade humana de enxergar determinado conjunto emaranhado de coisas. São muitas as definições que partem desse pressuposto, e todas elas acabam por desconsiderar a importância da paisagem, principalmente a da paisagem urbana, que é objeto de nossa reflexão neste

texto, pois castram, em um primeiro momento, um aspecto que poderia servir como reflexão para a proposta de uma idéia ou conjunto de idéias que tentasse explicar a segregação paisagística urbana em consonância com os estudos sobre o espaço urbano e, por sua vez, a dinâmica social urbana. Devemos, antes de tudo, dizer que espaço geográfico é uma coisa, e paisagem é outra. O espaço geográfico contém a paisagem, que é entendida pela dinâmica desse espaço.

Em primeiro plano, a paisagem é mesmo aquilo que podemos alcançar por meio da visão. Mas essa não é uma definição científica; por isso não paremos por aqui. Nem podemos, para entender melhor a idéia transmitida por este texto, considerar a paisagem como um fator estático ou imutável, uma vez que seu processo de mutação é continuamente transformado pela dinâmica espacial. Não polemizando a questão, vamos dar à paisagem uma definição que a considere como categoria relativamente estática, mas ao mesmo tempo viva e mutável, porque é inserida na sociedade que a modifica através e de acordo com a dinâmica do espaço geográfico. Temos que considerá-la, também, como uma importante categoria de análise do espaço geográfico, uma categoria que não é infalível, porque admite falhas, porém que não deve ser absolutamente descartada ou desconsiderada.

Diante do exposto, podemos considerar a paisagem como um conjunto de elementos naturais e artificiais, criado em tempos diferentes e incorporando tempos diferentes, passível de sucessivas transformações pela dinâmica espacial, por isso viva e mutável, e que, portanto, reflete as formas e o resultado final da contínua dinâmica do espaço geográfico. Parafraseando Daniel Vidart (1967, p.123), “a paisagem é algo mais significativo, mais transcendental”. A paisagem reflete a dinâmica espacial porque pode ser caracterizada como uma impressão digital do espaço. Uma marca relativa, mas, ao mesmo tempo, cristalizada no espaço, ou do espaço.

DINÂMICA DESIGUAL, PAISAGEM FRAGMENTADA

É possível à dinâmica espacial criar paisagens urbanas fragmentárias? É por meio da paisagem urbana que queremos descobrir e expor como a dinâmica espacial fragmenta paisagens e segrega classes sociais, criando paisagens diabólicas contemporâneas, ou, no sentido científico da abordagem, uma paisagem de excluídos e separados. Remete-nos, então, a entender como é o movimento de formação e reprodução do espaço na cidade, hoje, porque o espaço urbano é fragmentado, assim como é a paisagem urbana.

Ana Fani Carlos (1997) observa que nas cidades brasileiras, nos bairros privilegiados, onde reside a população mais rica, as ruas são vazias. Nos bairros mais pobres, a rua torna-se uma extensão da casa, uma extensão apropriada, que faz parte do cotidiano das pessoas. Esse modo diferente de usar e de perceber a cidade revela como o espaço se reproduz e se reconstrói de forma desigual, portanto perceptível, na paisagem urbana.

A dinâmica espacial, entendida como o processo de articulação e rearticulação permanente do movimento solidário, conflituoso, contraditório, complexo do viver-pensar-sentir-fazer humanos no território, organiza o espaço de acordo com a estrutura de classes do lugar, e essa estrutura de classes é sobre-determinada pelo próprio espaço, adverte Ruy Moreira (1988). Assim, em sociedades rígidas, as classes sociais definem-se por lugares geográficos determinados, enquanto em sociedades ditas democráticas o espaço se caracteriza pelo entrosamento e mistura das diversas classes sociais. Esse aspecto do espaço é percebido na paisagem urbana que se torna, nesse momento, um mosaico de formas com distintas funções. A dinâmica espacial determina o arranjo espacial², pois este também é caracterizado pela estrutura de classes. O arranjo espacial, em conformidade com suas respectivas estruturas de classes sociais, cria uma fisionomia e uma paisagem urbana

que mascaram as desigualdades sociais, essas somente assimiladas neste paradigma por meio das relações humanas. Entretanto, uma observação crítica mostra como as pessoas se apropriam diferencialmente do espaço urbano.

A sociedade como um todo, para sobreviver, necessita produzir e reproduzir bens de consumo. É na reprodução dos bens de consumo que a dinâmica espacial ganha existência contínua, pois o processo de produção e reprodução desses bens repete-se indefinidamente, dando ao espaço geográfico uma formação econômico-social. O motor da reprodução dos bens é o próprio consumo, sempre em concordância com as leis históricas de produção do momento. As leis históricas de produção do momento revelam que a reprodução dos bens materiais é feita somente para os que consomem. Como, na sociedade contemporânea, o grau de consumo não é o mesmo para todos, o arranjo espacial caracteriza-se por estruturas de classes que consomem muito, outras que apenas consomem e aquelas que consomem pouco, de modo que é quase impossível viver sem ser consumidor. Consumo, aqui, não é entendido somente como aquisição e utilização de bens materiais, mas em sentido mais forte, complexo e amplo, pois os sonhos, as fantasias, os desejos e os mais íntimos sentimentos do ser humano tornaram-se bens de consumo. Uma vez que é o arranjo espacial estruturado em classes que determina a morfologia da paisagem urbana, teremos paisagens urbanas fragmentadas e segregadas. O mais temeroso nesse processo de “compartimentação geográfica” é que ele se acentua cada vez mais, pois a formação econômico-social, estruturada em classes, quando comandada pela reprodução de bens, tende a reproduzir suas estruturas de classes continuamente, segmentando cada vez mais o espaço urbano, em um efeito análogo ao de uma bola de neve.

2. Arranjos espaciais são as configurações do espaço, como disposição das formas, natureza dos serviços, estética das moradias, geometria e morfologia das cidades, entre outras características.

A PAISAGEM URBANA E A ESSÊNCIA DAS FORMAS

A análise da paisagem urbana permite-nos, relativamente, descobrir a essência das formas espaciais que se modificam ou não de acordo com a dinâmica espacial. Quando olhamos para uma paisagem urbana, o que vemos é um conjunto de formas espaciais, como prédios, casas, fábricas, conjuntos residenciais, condomínios, bancos e outras. Cada forma possui uma função e as duas estão intrinsecamente ligadas a uma estrutura e a um processo, como propõe Milton Santos (1988). Forma, função, estrutura e processo são categorias eficientes para analisarmos o espaço urbano.

A paisagem urbana reflete um conjunto de formas com diferentes funções. Na paisagem urbana, existem algumas formas que se modificam rapidamente, e outras que resistem a todo custo às inovações. Cada forma é depositária de uma significação social, de um tempo histórico e social. A estrutura, que podemos considerar como a natureza econômico-social de determinado momento, é que modifica as funções de cada forma. O processo, compreendido como um resultado qualquer ou coisa análoga ao conceito de tempo, continuidade ou mudança, torna-se elementar nesse momento, pois nos revela uma tendência. E a tendência da dinâmica espacial, dentro do processo, é a de criar paisagens urbanas fragmentárias.

Nesse sentido, torna-se quase impossível para as classes de baixa renda viver nos grandes centros urbanos das grandes cidades ou metrópoles, porque nesses lugares as formas são dotadas de funções ou criadas para funções que demandam alto poder aquisitivo. É a própria estrutura do processo, tomada como a natureza econômico-social do momento, que determina essa dinâmica espacial. Assim, os mais pobres tendem a afastar-se dos grandes centros e a instalar-se em periferias, onde criam outros tipos de formas com diferentes funções, subordinados à estrutura do momento, como resultado final de todo o processo. É

dessa forma que o arranjo espacial é continuamente articulado e rearticulado. Mas o resultado final não é somente a desterritorialização urbana por parte das classes mais baixas.

Instalados em periferias, mas subordinados à incerteza do processo, que é determinada pela estrutura, essas classes populares têm que conviver com a imprevisibilidade do futuro, pois uma ação de “política pública” de infra-estrutura tende a agravar a situação. Suponhamos que uma ação política instale em um determinado bairro residencial uma indústria qualquer, uma nova forma com uma função diferente da das demais. Por ter essa nova forma uma função diferente e maior poder de determinação sobre as outras formas dentro da estrutura, passa a ser considerada como uma ameaça às velhas formas e funções, que terão que se modificar ou se readaptar aos ditames da nova forma instalada. Um novo processo pode iniciar-se quando houver uma ruptura. A estrutura, que será hostil para com a nova forma, modificará ou extinguirá as velhas formas e transformará as velhas funções. A estrutura sempre será hostil às formas de que emanam funções de caráter produtivo, pois a natureza do processo, entendida como o consumo levado ao extremo, demonstra que a lógica de uma situação tende a descambar em favor daqueles que possuem maior poder de determinação. É assim que acontece o processo de mutação do arranjo espacial urbano e, por conseguinte, da paisagem urbana.

Portanto, conceitos como dinâmica espacial, arranjo espacial, forma, função, estrutura, processo e espaço geográfico devem ser compreendidos claramente por todos os homens que se situam nas esferas dos governos ou nas entranhas da política, pois eles têm o poder de equilibrar as determinações de uma dada situação de modo a não favorecer uns em detrimento de outros.

Por que algumas formas e funções não se transformam, dando à paisagem urbana uma aparência estática? Quando velhas formas e velhas funções não se transformam é porque

correspondem às necessidades da dinâmica espacial. Automaticamente, o arranjo espacial urbano não se modificará e a paisagem urbana permanecerá estática. No entanto, será sempre passível de uma mutação. Quando velhas formas e velhas funções se modificam é porque não correspondem às necessidades da dinâmica espacial. Para a dinâmica espacial é mais fácil adaptar essas formas e, conseqüentemente, suas funções, pois, sem esse artifício, o processo não ofereceria resultados proveitosos. Como conseqüência, o arranjo espacial se modifica e, junto com ele, modifica-se a paisagem urbana.

A incorporação de projetos de infra-estrutura com alto grau de sofisticação, ou seja, com formas dotadas de vasto grau de modernidade, com funções altamente especializadas respondendo à estrutura socioeconômica, causa em determinadas paisagens urbanas um efeito deformador e contrastante que chamamos de efeito caótico-direcionado.³ Esse efeito tem sua gênese no seguinte processo: as modificações, as transformações, as mutações, enfim, as complexas metamorfoses que se dão no espaço geográfico, mais especificamente no espaço urbano, ocorrem de modo bastante visível nas formas, que são o elemento marcante da paisagem urbana. Entretanto, essas metamorfoses têm sua origem em diversos lugares. As formas são, cada vez mais, compostas por elementos com alto grau de sofisticação, minuciosamente estudados e bem elaborados em avançados estágios de planejamento e estudos (bancos com *designs* arrojados, casas com arquiteturas sutis e avançadas, *shoppings* com estéticas altamente mediadoras da vida moderna e residências com artifícios tecnológicos que facilitam a vida particular). Essas formas, que possuem um avassalador poder de transformação e de substituição de funções, demonstram que as metamorfoses do espaço urbano não se dão de início no espaço urbano em si, mas em laboratórios, em projetos de arquitetura, nos projetos de construção civil, em projetos políticos de intervenção urbana, nos minuciosos

cálculos de elaboração, no planejamento e execução de elementos que facilitem às formas oferecer um conforto maior por meio de suas funções. Enfim, é nesses diversos momentos, condicionados pela dinâmica espacial, que a metamorfose urbana tem sua gênese. O resultado será um conjunto de formas sofisticadas convivendo com formas arcaicas, e de funções velhas convivendo com funções novas. A paisagem urbana será caótica, será, à primeira impressão, um mundo de desordem. No entanto, essa desordem, essa caoticidade é somente aparente, no que diz respeito apenas ao aspecto visível, pois no fundo, teve uma origem condicionada pela dinâmica espacial, criadora das possibilidades de elaboração e execução das formas componentes do espaço urbano e, por conseguinte, da paisagem urbana, bem como de incorporação de sofisticados elementos a essas formas. Se ela teve uma origem é sinal de que ela foi também direcionada. É sinal de que ela teve um destino. E seu destino será o de se inserir nos espaços de convivência dos homens e da sociedade que lhe darão importância prática. É dessa forma que a mutação da dinâmica espacial causa um efeito deformador em algumas paisagens urbanas, efeito aparentemente caótico, contrastante, mas que no fundo, é produto de uma lógica, efeito aparentemente aleatório, mas que se origina de uma direção bem estabelecida. Por isso, resolvemos denominá-lo efeito caótico-direcionado.

A PAISAGEM DO COTIDIANO, O COTIDIANO DA PAISAGEM

Entender o cotidiano e a sua relação com a paisagem urbana pressupõe entender o urbano, o homem urbano, o modo de vida urbano, a questão urbana, ou seja, o espaço urbano. O urbano, ou como podemos chamar também, o modo de vida urbano, pois toda a sociedade se torna cada vez mais urbana, não é somente produto da mera concentração do processo produtivo. Devemos entendê-lo também como um ponto de fusão, pois é no espa-

3. Efeito caótico-direcionado é o efeito deformador, contrastante de ruptura, presente em grandes e complexas paisagens urbanas. Sua gênese é condicionada pela dinâmica espacial, que cria as possibilidades de elaboração e execução das formas que estão presentes no espaço e na paisagem urbana, bem como as de incorporação de sofisticadas aos elementos componentes dessas formas.

ço urbano que se fundem os interesses do capital, do Estado, e onde aparecem as resistências sociais contra formas de organização social fundamentadas nos processos produtivos segregadores e criadores de pobreza, que são de certa forma inaceitáveis.

O processo produtivo é quem comanda as determinações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas, mas tem que estar sempre em consonância com essas formas de resistência social. Sem essa consonância, as determinações sociais cairiam no exercício pleno da perversidade.

Não nos aprofundaremos nessa questão, pois o ponto central agora é entender o cotidiano urbano e sua relação com a paisagem urbana, da qual é parte integrante.

A observação da paisagem urbana induz-nos, no primeiro momento, à idéia de que o espaço urbano é dotado de uma riqueza de diversos cotidianos. Por ser a paisagem urbana um palimpsesto, uma diversidade de situações e um conjunto de variedades que nos remetem à noção de várias e diferentes relações, acabamos por concluir que há muitos cotidianos no espaço urbano. Em primeira análise, é o que ocorre. A paisagem urbana reflete diversos cotidianos. Mas o cotidiano do homem não pode nunca ser analisado somente pela paisagem. Devemos recorrer ao espaço, à sua dinâmica, pois o espaço mostra outro resultado que, se analisado somente pela paisagem, se apresentaria falho e impotente. Aliás, a paisagem urbana reflete uma riqueza múltipla de cotidianos, porque é nela que encontramos mais concretamente as articulações entre o novo e o velho, o rico e o pobre, o universal e o singular e os diferentes modos de habitar, trabalhar, de comer e beber, enfim, de viver.

Diferentemente da paisagem, a dinâmica espacial mostra-nos que o cotidiano do homem não é tão diversificado. O cotidiano do homem contemporâneo é menos heterogêneo do que o dos homens de outras épocas da história. A dinâmica espacial, como dissemos anteriormente, ganha existência contínua na reprodução dos bens de consumo. Estes, por sua vez, são comandados pela ortodoxia do

momento, que é o próprio consumo. Portanto, o cotidiano do homem contemporâneo não será diverso, porque o homem tem um cotidiano que é uma extensão na qual vive para consumir, não vive sem consumir e produz para consumir, de modo que esse cotidiano perverso se torna uma “prisão”, onde o homem vive uma oscilação entre uma esperança de fuga provida no futuro que sempre o alimenta e as grades quase intransponíveis na ausência de melhores alternativas ou oportunidades de mudança. E, por ser uma “prisão”, os obstáculos para a contemplação daquilo que deveria ser ponto de partida para a tomada de reflexão, que são essas paisagens segregadas, são postos com tamanha força, que os bairros sem infra-estruturas, os verdadeiros planos subumanos que são as favelas, a quantidade de pessoas convivendo em condições indignas são percebidos como fatos naturais. Perde-se a contemplação das coisas, os sujeitos passam a ser confundidos com os objetos. Sujeitos vivendo como objetos são percebidos com certo grau de normalidade, e essa normalidade é extremamente perigosa para o exercício da cidadania, pois, em uma dinâmica espacial consumista, teremos consumidores ao invés de cidadãos.

Nesse paradoxo em que vive a sociedade, a reflexão e a contemplação das coisas são constantemente assassinadas, junto com a noção de criticidade sobre uma coisa que deveria ser objeto de constante reflexão e a todo o momento ser ponto de partida para se pensar a sociedade e, com ela, também o espaço geográfico.

O homem antigo não necessitava de tantos objetos ou “coisas” para satisfazer suas necessidade, como precisa o homem moderno. O consumo, nos dias de hoje, tomado como o grande estimulador das relações de reprodução da produção, deve ser visto não somente no sentido das necessidades biológicas, mas também no das necessidades sentimentais dos indivíduos. O prazer, o sexo, os sonhos e os mais íntimos sentimentos individuais só serão cooptados na mediação destes

com as mercadorias. Cada objeto é preñado de ideologia. Alguns criam novos hábitos e novas necessidades nos homens, de acordo com os valores e comportamentos sempre regulados pelos mercados de consumo. Assim, o cotidiano do homem é ideológico, porque este é cercado de objetos e é feito pelos objetos e para os objetos. Dotados de ideologia e, automaticamente, de discursos, os objetos em conformação com o cotidiano do homem são mitificadores. Por isso, a paisagem é percebida hoje sem nenhum estímulo à ação. Mas ao mesmo tempo em que é mitificada ou mitificadora, a paisagem apresenta uma resposta dialética a esse paradoxo, pois ela é suporte dos elementos da desmitificação. Ao mesmo tempo em que é vista com normalidade, pode ser vista com revolta. Ao mesmo tempo em que é aceita como fato natural e “irreversível”, pode ser percebida como referência para um novo sentido de organização. Pode ser ponto e ao mesmo tempo contraponto.

A NECESSIDADE DE UMA INTERVENÇÃO

Observe rapidamente a paisagem de sua cidade. O que você verá, em primeira instância, será uma paisagem urbana dotada de fragmentos, com maior ou menor presença de impactos ambientais urbanos, alcançando pontos específicos das cidades. Esse modelo de desenvolvimento impactante, que desconsidera a harmonia entre sociedade e natureza, é perfeitamente compreensível pela dinâmica espacial, porque o arranjo espacial, que é comandado pela dinâmica espacial, é que funciona como principal mecanismo dos processos geradores de impactos ambientais urbanos.

Seguindo nossa linha de raciocínio, perguntamos: “Por que os impactos ambientais urbanos, considerados agora como impactos ambientais urbano-paisagísticos, pois podemos perceber a paisagem urbana como fonte reveladora da dissonância entre sociedade e natureza, atingem muito mais os espaços físicos de ocupação das classes sociais menos

favorecidas do que os das classes mais elevadas?”

O que ocorre com a distribuição espacial dos impactos ambientais urbano-paisagísticos é que esses estão associados a locais onde ocorre o processo de desvalorização do espaço. O processo de desvalorização do espaço é entendido pelo arranjo espacial. A dinâmica espacial, que é entendida pelas relações de reprodução dos bens de consumo que criam estruturas de classes, comanda as perturbações existentes no arranjo espacial. O arranjo espacial não apresenta um valor uniforme e homogêneo dentro da cidade. A localização das formas espaciais, a qualidade do terreno e as condições de infra-estrutura em articulação ou harmonia com os conteúdos socioespaciais definem a atenção da promoção imobiliária. Assim, os arranjos espaciais da cidade irão apresentar locais com diferentes valores. As estruturas de classes sociais existentes dentro de uma cidade nunca estarão em desarticulação com o arranjo espacial. É difícil encontrar classes com alto poder aquisitivo ocupando áreas de topografia irregular, encostas com alto risco desestruturadas por processos erosivos, áreas de inundação ou enchentes, entre outras. Essas áreas só serão ocupadas por classes de baixa renda.

A atuação do Estado, por meio da dotação de infra-estrutura ou de renovação urbana em áreas onde o valor do espaço é baixo, acaba por iniciar uma transformação desse valor, atraindo uma classe de maior poder aquisitivo, tornando essa área específica para uma estrutura de classe determinada. É assim que o Estado interfere no arranjo espacial.

Portanto, a dinâmica espacial, mediante o arranjo espacial, concentra em áreas específicas da cidade as classes sociais, criando uma estrutura urbana com diferentes conteúdos socioespaciais. Por exemplo: o solo, que é um componente do meio natural, torna-se no meio urbano um componente artificial, porque é capitalizado. Seu valor é comandado pela hesitação existente entre a capacidade de ganho e a de perda do capital, funcionando como

artifício do processo de segregação espacial. Nesse caso, a suscetibilidade do solo à erosão correlaciona-se com as relações sociais de propriedade e o acesso das distintas classes às técnicas de conservação do mesmo, pois as classes ricas dispõem de áreas nas quais é permitido manter a vegetação, enquanto as classes pobres se aglomeram em áreas em que o suporte do solo é extremamente sensível. É nesse complexo arcabouço de processos que ocorrem os impactos ambientais urbano-paisagísticos, que estão intimamente ligados à dinâmica espacial formadora de paisagens urbanas segregadas.

Diante desses processos de segregação espacial, de geração de impactos ambientais urbano-paisagísticos, entendidos não somente como “ambientais”, mas também como sociais, pois aparecem com mais força em certas classes sociais, e paisagísticos, porque mostram o desequilíbrio do homem com a natureza, a necessidade de uma intervenção no espaço urbano e, por conseguinte, na paisagem urbana faz-se mais do que necessária. Torna-se uma obrigação dos geógrafos, urbanistas, arquitetos, sociólogos e demais cientistas preocupados com a questão urbana trabalhar o planejamento do espaço urbano em uma outra perspectiva.

Chegamos a um ponto importante de nossa reflexão. Como intervir na dinâmica espacial, evitando a formação de paisagens urbanas diabólicas contemporâneas?

Intervir na dinâmica espacial é intervir automaticamente na paisagem urbana. A dinâmica espacial é o grande motor do processo. Essa intervenção deve ser comandada por um processo autônomo de planejamento, visto de uma outra perspectiva. Senão, vejamos: A cidade, entendida no plano transcendental, é um permanente processo de simbiose e de planejamento. Esse permanente processo de planejamento ocorre continuamente pelo seguinte paradoxo: O espaço urbano, onde as relações de reprodução criam e recriam as estruturas de classes, reflete um notado caráter de classes. As classes que se estruturam no

espaço urbano tornam-no um campo privilegiado de lutas e movimentos de toda espécie, pelos quais se questiona a normatização da cidade e da vida urbana. O que cada segmento de classe apresenta de mais importante nesse momento é o seu discurso, um discurso acompanhado de duas faces: uma objetiva e outra subjetiva. A face objetiva é a que se apresenta diante da revolta com o resultado desfavorável de uma situação. Essa face sempre é emocional, pois é imediata e cheia de sentimentos, como raiva, revolta, indignação e rechaça. Por ser superficial a face de apresentação, ela não é intransponível. A outra face é a subjetiva. É aquela que se esconde atrás da objetiva. Apresenta-se na esfera da razão. Vem acompanhada de coerência, de racionalidade e de razão. É esta que deve ser procurada dentro dos discursos, pois sempre tem uma contribuição a oferecer. As duas sempre se complementam, não se estabelecem sem a reciprocidade. Cada classe apresenta ao mesmo tempo essas duas faces em seus discursos. Os discursos são os mais importantes porque pertencem às classes que convivem cotidianamente com os obstáculos do sistema. É desses discursos que se parte para o reconhecimento de uma situação de desequilíbrio. É esse discurso que nos faz vê-la, enxergá-la. Algumas classes só serão vistas quando seus discursos transgredirem as normas sociais de manutenção da ordem. Aliás, é nesse momento que a violência urbana ganha força e às vezes é relativamente justificável. Toda classe possui um discurso em concordância com o seu grau de reivindicação. Isso é visível na paisagem urbana. É dessas considerações práticas e filosóficas que acreditamos deva partir o planejamento urbano. O planejamento espacial urbano e paisagístico deve partir de dentro para fora. Deve ser orgânico, e não capitalizado. O planejamento urbano orgânico é aquele que consegue harmonizar crescimento e desenvolvimento com utilização, reutilização e conservação da natureza. É uma paisagem harmoniosa que será o produto final do processo.

O problema maior é que a política deixa esse paradigma, criando a sensação de que isso é uma utopia, é um sonho a ser realizado. O Estado, por meio da política, não consegue estabelecer alternativas para a solução dos problemas, nem intervir nos processos. O Estado, como instituição pública, quando aliado às classes sociais, consegue mudar os rumos ou até provocar rupturas no processo de reprodução. Quando não aliado a elas, essa intervenção torna-se quase ineficiente e se agrava, quando o processo de reprodução, para não permitir intervenção ou ruptura, transfere seu papel fundamental da esfera da infra-estrutura para a da superestrutura. Desse modo, as classes sociais, mesmo com a força do Estado, não conseguem alcançar grandes resultados. É o caso de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e outras metrópoles brasileiras. Essas cidades refletem uma segregação espacial e paisagística “irreversível” e “absoluta”.

Não existe progresso sem utopia e é por meio da compreensão da realidade que pode-

remos construir soluções. As soluções dos problemas urbanos brasileiros estão sendo constantemente formuladas em idéias funcionalistas e instrumentalistas. Esse nível de produção e abordagem é impotente, porque se fundamenta no resultado prático, de curto prazo, desconsiderando um enfoque maior no homem e, sobretudo, centrando-se nas coisas. Transformar o espaço urbano e sua dinâmica espacial de forma a modificar a paisagem requer soluções em longo prazo, porque o centro deve ser o homem e seu grande aliado, a natureza. E será até onde pudermos harmonizar esses dois elementos, de forma a transcender um modelo humanizado dos espaços coletivos. Não será o economicismo urbano suicida e devorador, nem o ecologismo utópico, a natureza espetáculo ou qualquer “conversa fiada” da ecologia urbana de plantão; será uma solução política, porque construída por todos; utópica, sim, porque baseada no progresso; saudável, porque aliada da natureza; e humana, porque o coletivismo ainda é o objetivo a ser alcançado.

REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, A. N. A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras. *Geomorfologia*, São Paulo, n. 41, p. 1-16, 1975.
- ALFREDO, A. Economia política da cidade. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Ensaios de geografia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 99-106.
- BERNARDES, A. O fato metropolitano na América Latina: flexibilidade em tempos de rigidez. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Ensaios de geografia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 113-122.
- CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - Seção Bauru. Geografia, pesquisa, política e sociedade Milton Santos. *Geográfica*, Bauru, SP, jul. 1997. Edição especial.
- GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. (Org.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MOREIRA, R. Repensando a geografia. In: SANTOS, M. (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 35-49.
- SANTOS, M. *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Geográfica*, Bauru, SP, p. 130-132, jul. 1997. Edição especial.

- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCARIM, P. C. A simulação do espaço. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Ensaio de geografia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 188-196.
- TRINDADE JR., S. C. C. Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Ensaio de geografia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 133-140.
- VIDART, D. El paisaje uruguayo. Montevideo: Ed. Alfa, 1967.
- WETTSTEIN, G. *Subdesenvolvimento e geografia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RESUMO

Visando não confundir paisagem com espaço geográfico, este texto tenta levantar a questão das transformações da paisagem urbana diante do processo de reprodução do capital, sem levantar polêmicas. Tenta sistematizar um conjunto de idéias para explicar a articulação da reprodução do espaço desigual criador de paisagens urbanas fragmentárias. Não deixando de discutir a questão da paisagem urbana e sua relação com o espaço e o cotidiano do homem contemporâneo, acaba por concluir a questão da intervenção e do planejamento da paisagem urbana como um processo que passa pela intervenção na dinâmica espacial.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem – Urbanização – Capital – Espaço – Cotidiano.

ABSTRACT

In order not to mix up scenery with geographic space, this text aims at raising the issue of urban scenery transformation in the context of Capital reproduction process without making an issue out of it. It is intended to systemize a group of ideas to explain the articulation of the unequal space reproduction which creates the urban scenery. It discusses the scenery matter and its relation to space and contemporary men's day-to-day concluding that intervention and urban scenery planning as a process in spacing dynamics.

KEYWORDS

Landscape – Urbanization – Capital – Space – Daily.